

## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2021

MODALIDADE: Pregão Presencial nº **49/2021** (Procedimento Administrativo nº **002.124, de 30 de novembro de 2021**); OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de profissionais de apoio”; SETOR/REPARTIÇÃO: Diretoria Administrativa e Técnica/FUSAME; TIPO: Menor preço global por lote; PRAZO: 12 (doze) meses; RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: **15 de dezembro de 2021**, às **09h00min**, no auditório da FUSAME – Avenida da Saúde, nº 415, Jardim Nossa Senhora de Fátima, Americana/SP, CEP 13468–740 – entrada da Diretoria/Administração.

### Preâmbulo

O Diretor Presidente da FUSAME, Douglas Henrique Magalhães Ferreira, faz saber a todos os interessados que se acha aberta na Fundação de Saúde do Município de Americana, estabelecida e com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida da Saúde, nº 415, Jardim Nossa Senhora de Fátima, CEP 13478–640, a presente Licitação – Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº **49/2021**.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e demais regulamentações complementares, bem como pelas cláusulas e condições deste Edital.

O recebimento da documentação e da proposta dos interessados, inclusive credenciamento, iniciar-se-á às **09h00min** do dia **15 de dezembro de 2021**, no auditório da FUSAME (endereço do preâmbulo), ocasião em que, após encerrado o credenciamento pelo pregoeiro e equipe de apoio, será instaurada a sessão de abertura dos envelopes.

A presente Licitação se destina à Diretoria Técnica e Administrativa da FUSAME e será do tipo “menor preço global por lote”.

### 1 – OBJETO

1.1 – O presente Pregão Presencial tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio, a serem realizadas no Hospital Municipal de Americana “Dr. Waldemar Tebaldi e na Secretaria de Saúde”, de acordo com a necessidade da administração, bem como da descrição no Anexo 01 e 02 deste Edital, pelo prazo de 12 (doze) meses, para complementar as escalas de trabalho em decorrência de faltas, demissões, licenças médicas, atestados e férias dos profissionais que mantêm vínculo laboral pela instituição (FUSAME) ou pelo Município.

## 2 – RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES

2.1 – 2.1 - O Edital desta Licitação estará à disposição dos interessados, gratuitamente, somente no site da FUSAME ([www.fusame.com.br](http://www.fusame.com.br)). Qualquer informação ou esclarecimento referente ao mesmo será prestado pelo Pregoeiro da FUSAME, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min, observado o prazo estabelecido no item 7.6 infra, mediante requerimento escrito e devidamente protocolizado na instituição (in loco). Não serão conhecidas manifestações enviadas por “fax” ou “e-mail”.

2.2 – Fica facultada às licitantes interessadas a visita técnica nas dependências do Hospital Municipal de Americana “Dr. Waldemar Tebaldi”, que poderá ser realizada pelo representante legal da licitante, nos setores de execução dos serviços, acompanhada pela Diretoria Administrativa do Hospital, com agendamento prévio por meio do telefone (19) 3471-6750 – Ramal 281 (Diretoria Administrativa), e em até dois dias antes da sessão.

## 3 – PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

3.1 – Integram o presente Edital e dele fazem parte:

Anexo 01	Memorial descritivo
Anexo 02	Tabela de quantidade de colaboradores
Anexo 03	Proposta financeira e comercial
Anexo 04	Mínuta do contrato administrativo
Anexo 05	Declaração de fato superveniente
Anexo 06	Modelo de Credenciamento
Anexo 07	Declaração de cumprimento de requisitos habilitatórios
Anexo 08	Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Anexo 09	Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho
Anexo 10	Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo

## 4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes desta Licitação – na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (Procedimento Administrativo nº **002.124, de 30 de novembro de 2021**) correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: órgão 04.00.00 – FUSAME; unidade orçamentária 04.18.00 – FUSAME; Unidade Executora 04.18.01 – Diretoria e Dependências; Função/Subfunção 10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 0091 – Assistência à Saúde Pública/FUSAME; Projeto/Atividade/Oper. Especial 2113 – Manutenção FUSAME; Classificação Econômica 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## 5 – DOS PARTICIPANTES, DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

5.1 – É proibida de apresentar proposta a pessoa jurídica que tenha contra si expedida declaração de inidoneidade pela Administração Pública e que esteja suspensa de participar de licitações e impedida de contratar com esta Administração, nos termos da legislação aplicável.

5.2 – Poderão participar deste pregão as empresas interessadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação, sendo vedada a participação de cooperativas, associações e assemelhadas (redação adequada às decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos dos processos TC-011994.989.19-2, TC-012039.989.19-9, TC- 016794.989.19-4 e TC-016855.989.19-0).

5.3 – As empresas que atenderem o disposto no parágrafo anterior deverão apresentar dois envelopes fechados, lacrados, numerados e rubricados nos fechos, contendo, cada um deles o nome, o endereço da licitante, identificando:

Denominação da empresa e CNPJ	Denominação da empresa e CNPJ
Envelope nº 1 – Proposta	Envelope nº 2 – Habilitação
Pregão Presencial nº 49/2021	Pregão Presencial nº 49/2021
Processo Administrativo nº 002.124/2021	Processo Administrativo nº 002.124/2021

5.4 – As propostas enviadas pelo correio não serão aceitas ou conhecidas pelo pregoeiro e equipe de apoio da FUSAME.

5.5 – O pregoeiro e equipe de apoio da FUSAME solicitam aos participantes que apresentem seus documentos presos por presilhas ou grampos de qualquer espécie, a fim de lhes proporcionar maior segurança na sua conferência.

5.6 – O envelope 01 contendo a proposta comercial e financeira deverá contemplar:

a) a proposta de preços propriamente dita, abrangendo o preço unitário mensal do colaborador, o preço total mensal dos colaboradores, o preço total anual dos colaboradores e o preço global da proposta, em conformidade com o Anexo 02, para o período 12 (doze) meses, preenchida em uma via e assinada em um só lado do papel, sem emendas ou rasuras, podendo ser utilizado o Anexo 03 deste Edital;

b) a identificação da proponente;

c) os preços cotados serão os valores do dia da elaboração da proposta, já computados descontos, acréscimos, despesas e tributos, se houver;

d) a licitante deverá cotar todos os itens do lote descritos no Anexo 02, sob pena de desclassificação.

5.7 – O envelope 02 referente à habilitação dos interessados deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico–financeira, à capacidade técnica e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.8 – A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

I – registro comercial, no caso de empresa individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício e;

IV – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.9 – A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:

I – prova de inscrição dos interessados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), que demonstre a situação de “ATIVO”;

II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade para com as Fazendas:

a) Federal (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

b) Estadual (certidão negativa de débitos tributários junto ao Estado ou certidão positiva com efeitos de negativa) e;

c) Municipal (Mobiliária) do domicílio ou sede do licitante.

IV – prova de regularidade relativa:

a) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

b) inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) – Lei Federal nº 12.440/11.

5.10 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.11 – Havendo alguma restrição, na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC nº 123, art. 43, § 1º).

5.12 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XVI, da Lei Federal nº 10.520/02.

5.13 – A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á a:

I – certidão negativa de falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

II - fazer prova de possuir capital social registrado e integralizado ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, comprovado através da apresentação do Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, no caso do capital social, e do balanço patrimonial, no caso do patrimônio líquido ou patrimônio social.

5.14 – A documentação relativa à comprovação da Capacidade Técnica consistirá em:

I – Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa participante, comprovando satisfatoriamente a prestação de serviços compatíveis com as características do objeto da licitação.

a) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente, endereço completo, nome e o cargo do signatário.

II – Declaração da licitante de que possui disponibilidade de pessoal para a realização do objeto da licitação, com o compromisso formal, caso seja vencedora de que se responsabilizará pela execução do Contrato;

III – Declaração de que todos os profissionais que serão enviados para a prestação dos serviços contratados são titulares de Registro no seu respectivo Conselho de Classe (quando for o caso) e que referidos colaboradores possuem a qualificação técnica mínima e os cursos e especialidades exigidas para o desempenho das suas funções.

5.15 – A documentação relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal consistirá em:

I – Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto Estadual nº 42.911, de 06.03.98 (Anexo 09 deste Edital).

5.16 – Demais exigências:

I - Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de Inexistência de Vínculo (Anexo 10).

5.17 – Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio, no ato de sua apresentação.

5.18 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.19 – Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser da matriz. Se for a filial, todos os documentos deverão ser da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente pela da matriz.

5.20 – As certidões (negativa ou positiva com efeito de negativa) deverão ser apresentadas na forma da lei e dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias de validade, a contar da data de expedição, se não constar a data de validade nos referidos documentos.

## **6 – DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO, ABERTURA DOS ENVELOPES E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

6.1 - No dia, horário e local indicado neste Edital será aberta a sessão pública sendo que, diante da quantidade de itens licitados, o Pregoeiro poderá, a seu critério, suspender a sessão do Pregão e continuá-la posteriormente, comunicando no mesmo ato todos os participantes presentes da nova data e horário.

6.2 - A sessão pública iniciar-se-á pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os seguintes documentos:

I - Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame podendo, neste caso, ser utilizado o modelo de credenciamento Anexo 05. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.



II - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

a) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo 06 deste Edital ou de fato superveniente de acordo com Anexo 04 (quando for o caso), devendo permanecer fora dos envelopes.

III - Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

a) Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo 07 deste Edital, devidamente comprovada por documento oficial que deverá ser apresentado fora dos envelopes;

**a.1) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º, do Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, de 30 de abril de 2007, publicada no DOU de 22/05/2007);**

**a.2) A licitante que declarar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não comprovar, poderá participar do certame, porém sem os benefícios /concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/2014.**

6.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

6.4 - Após, iniciar-se-á a devassa dos envelopes contendo as propostas financeiras e demais documentos exigidos no envelope 01, que serão analisados pelo Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio, facultando-se a suspensão da sessão para análise desses documentos, a critério do Pregoeiro.

6.5 - Como critério de julgamento será admitido o menor preço global.

6.6 - Com a análise das propostas e demais documentos exigidos no envelope 01, o Pregoeiro tornará público quais os licitantes aptos a oferecer lances na fase competitiva.

6.7 - Para conhecer aqueles aptos, o Pregoeiro - com a equipe de apoio - identificará o menor preço global, e então calculará 10% (dez por cento) sobre tal valor.

6.8 - Esse valor será somado ao menor preço global e todos os licitantes que estiverem dentro do valor encontrado estarão aptos a oferecer lances.

6.9 - O número mínimo de ofertas para se iniciar a disputa do item é de 03 (três). Caso não seja atingida essa quantidade de ofertas, serão considerados os 03 (três) menores preços do item para a fase de disputa.

6.10 - Havendo apenas um interessado, este estará automaticamente apto à fase de lances.

6.11 - Na fase competitiva os lances serão oferecidos primeiramente pelo proponente que apresentou o maior preço dentre os aptos e de forma decrescente até o menor preço.

6.12 - Nas rodadas seguintes, o primeiro lance sempre será dado pelo maior preço da rodada anterior, até que se conclua a negociação do item, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

6.13 - É facultado ao competidor declinar dos lances, faculdade que deve ser exercida quando lhe for concedida a palavra a fim de lançar.

6.14 - A diferença mínima entre os lances será acordada entre o Pregoeiro e os licitantes antes do início da disputa.

6.15 - É vedado oferecer lance igual ao oferecido anteriormente, lance superior ao menor apresentado ou lance cuja diferença entre ele o menor preço seja inferior ao lance mínimo ajustado quando instalada a sessão.

6.16 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances e restar apenas um participante, sendo este considerado o autor da menor oferta.

6.17 - Declarada encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas na ordem decrescente de preço, considerando-se o último preço ofertado.

6.18 - Se houver empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja proposta for mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta:

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b.2) Se houver equivalência das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “a” será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à Licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “a” acima.



6.19 - Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

6.20 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

6.21 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e classificadas as ofertas na ordem crescente de preço, caso não haja manifestação contrária de nenhum participante e o preço da proposta final esteja compatível com a disponibilidade orçamentária da FUSAME e de acordo com o preço praticado no mercado, na mesma sessão será realizada a abertura do envelope 02 contendo a documentação destinada à habilitação jurídica do licitante, facultando-se ao Pregoeiro a prerrogativa de suspender a sessão para análise dos documentos.

6.22 - Somente será aberto o envelope 02 do licitante, que restar classificado com o menor preço em ao menos um (01) item. O Pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão se os documentos são os exigidos e se estão dentro do prazo de validade.

6.23 - Verificado que a documentação atende ao Edital, o licitante restará habilitado, sendo declarado vencedor quanto à integralidade do objeto licitado.

6.24 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de credenciamento ou de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação.

6.25 - Em caso de inabilitação, será verificada a documentação de habilitação do próximo menor preço, a fim de se verificar o conteúdo e assim sucessivamente até que um deles atenda às exigências do Edital.

6.26 - Logo em seguida o Pregoeiro declarará encerrada a sessão, declarando o vendedor, e concederá a palavra aos licitantes para que manifestem motivadamente a intenção de interpor recurso.

6.27 - A inércia dos interessados neste momento consistirá em decadência do direito, assim a inexistência de motivação.

6.28 - É vedado aos presentes se manifestarem no curso da sessão sem que lhes seja franqueada a palavra pelo Pregoeiro, sob pena de não ser conhecida sua manifestação.

6.29 - Neste ato será encerrada a sessão e lavrada ata.

**6.30 - A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS para enviar ao e-mail “licitacao@fusame.com.br”:**

**a) a proposta final realinhada e formalizada, desde que haja alteração na proposta inicial - O percentual de desconto ofertado pela empresa no preço global do lote deverá ser aplicado linearmente aos preços unitários, na proposta atualizada. Serão desclassificadas as propostas finais que apresentarem preços dos itens superiores aos preços médios indicados na planilha de orçamento disponível para consulta no processo.**

6.31 - O não cumprimento das exigências previstas nos subitens acima referidos ensejará a desclassificação da licitante e aplicação das penalidades previstas neste Edital.

6.32 - Todos os documentos acima indicados deverão ser apresentados no prazo estabelecido (dois dias úteis após a sessão) e dentro da validade, sob pena de desclassificação da licitante e aplicação das sanções previstas neste Edital.

6.33 - É de inteira responsabilidade da licitante o acompanhamento das fases do Pregão, sendo as informações, após as sessões, disponibilizadas no site “www.fusame.com.br”.

6.34 - Os envelopes não abertos ficarão à disposição das licitantes, após firmada a ata de registro de preços e o compromisso de fornecimento do objeto licitado com a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame; decorridos 10 (dez) dias, a contar da homologação do certame, sem a retirada dos envelopes não abertos pelas licitantes, a FUSAME fica automaticamente autorizada a destruí-los.

## **7 – DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

7.1 - Os licitantes participantes terão oportunidade de um recurso contra cada fase do certame, que recebido e conhecido pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, subirá a autoridade imediatamente superior para julgamento, posteriormente a publicação do resultado, quando o certame prosseguirá.

7.2 - A interposição de recursos deve ser manifestada no momento oportuno, sob pena de decadência.

7.3 - As razões devem ser escritas e protocolizadas na FUSAME no prazo de 03 (três) dias, sendo que os interessados ficam cientes do prazo desde a lavratura da ata da sessão de abertura.

7.4 - As contrarrazões deverão ser apresentadas pelos demais licitantes em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, independentemente de publicação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.5 - A interposição de recurso suspende o curso do certame até seu definitivo julgamento.

7.6 - O prazo de impugnação ou de pedido de esclarecimentos ao edital pelos licitantes é de até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas, ou seja, até o final do terceiro dia útil que precede a data da abertura da sessão pública, devendo ser protocolada dentro do horário do protocolo, sendo que aquelas posteriormente apresentadas ou apresentadas desacompanhadas de documentos comprobatórios de representação não serão conhecidas.

7.7 - A apresentação de impugnação, via de regra, não importará adiamento da sessão de abertura, no entanto a decisão posterior terá efeitos retroativos, se for o caso.

7.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FUSAME.

## **8 – DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

8.1. O pregoeiro e sua equipe de apoio estão designados pela portaria n.º 10/2021.

8.2. São atribuições do pregoeiro e equipe de apoio:

- 1-credenciar os interessados;
- 2-receber os envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação;
- 3-análise da aceitabilidade das propostas;
- 4-proceder à classificação dos aptos à lançar;
- 5-dirigir os procedimentos referentes aos lances e à seleção da proposta ou do lance de melhor preço e negociar com os licitantes;
- 6-declarar o vencedor;
- 7-verificar a habilitação dos licitantes;
- 8-conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 9-elaborar as atas das sessões;
- 10-registrar em ata as manifestações dos licitantes;
- 11-adjudicar ou não o objeto do certame;
- 12-receber, examinar e decidir motivadamente sobre o conhecimento (aceitabilidade) das impugnações e dos recursos;
- 13 – decidir os incidentes no curso da sessão.

## **9 – DAS PROPOSTAS, DOS PREÇOS E REAJUSTE, FORMA DE PAGAMENTO, VALIDADE DA PROPOSTA, PRAZO DE ENTREGA DO RESULTADO FINAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS**

9.1 – Os licitantes deverão estabelecer o preço unitário e o preço total para cada item do objeto licitado, bem como valor global da proposta para o período de 12 (doze) meses, podendo ser utilizado o modelo de proposta do Anexo 03.

9.2 – Após o oferecimento de proposta não será aceito o pedido de cancelamento, sob pena de incorrer nas multas previstas no presente Edital.

9.3 – A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da entrega da proposta financeira na sessão do pregão, sendo que poderá ser suspenso na eventualidade de interposição de recursos administrativo ou hierárquico.

9.4 – A proposta financeira não deverá conter critério de reajuste ou indexador de correção.

9.5 – O preço ofertado é fixo, não sendo permitido realinhamento ou reajuste durante o prazo de vigência do contrato, excetuada a hipótese de eventual prorrogação, após 12 meses, quando será admitida a atualização monetária do contrato pelo IPCA/IBGE.

9.6 – A empresa vencedora arcará com o pagamento de todas as despesas necessárias e eventualmente incidentes para o serviço contratado, bem como os tributos municipais, estaduais e federais que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação.

9.7 – A forma e condições de pagamento são as que constam do contrato – Anexo 04 deste Edital.

## **10 – DA DURAÇÃO, PRORROGAÇÃO E ADITAMENTO DO CONTRATO**

10.1 – A duração do contrato administrativo a ser firmado com a licitante vencedora, após homologação da licitação, será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, caso haja dotação orçamentária, seja conveniente para FUSAME e de comum acordo entre as partes, podendo ainda ter sua rescisão antecipada, comunicando a contratada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

10.2 – O vencedor da presente licitação fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

## **11 – DA CONTRATAÇÃO**

11.1 – O contrato administrativo deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação por e-mail e devolvido no setor de licitações da FUSAME via SEDEX ou pessoalmente de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 08h00min às 15h00min.

11.2 – O não cumprimento dos termos deste Edital, inclusive a não assinatura do Contrato Administrativo no prazo estabelecido, caracterizará descumprimento das obrigações assumidas, sujeitando a imposição de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total de sua proposta, além da suspensão temporária do direito de licitar com a FUSAME, bem como o impedimento de com ela contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3 – A empresa vencedora não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o fornecimento objeto desta Licitação.

## **12 – DAS PENALIDADES**

12.1 – A licitante que não cumprir com as obrigações assumidas em sua proposta ou contrato e, por conseguinte, tornar-se inadimplente, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 c/c artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

## **13 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 – A FUSAME se reserva no direito de revogar ou anular, total ou parcialmente esta Licitação, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 – A apresentação da proposta implica na aceitação plena e total da licitante com as condições deste Edital.

13.3 – Eventuais impugnações e recursos contra decisões proferidas pelo pregoeiro e equipe de apoio da FUSAME deverão ser dirigidos ao pregoeiro e protocolizados, nos prazos e horários previstos neste Edital e observada a legislação pertinente.

13.4 – Os esclarecimentos e as informações que se tornarem necessários serão prestados, pelo pregoeiro e equipe de apoio da FUSAME, somente mediante requerimento por escrito protocolado até 02 (dias) úteis antes da data da sessão.

13.5 – Fica eleito o Foro da Comarca de Americana para as questões divergentes não resolvidas amigavelmente e na esfera administrativa.

Americana/SP, 01º de dezembro de 2021.

Douglas Henrique Magalhães Ferreira  
Diretor Presidente da FUSAME

Visto e aprovado:

Marcos Henrique Biasi Moscardini  
OAB/SP nº 205.456

Lilian Franco de Godoi  
Diretora Superintendente - FUSAME